

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA E ACERVOS

MESTRADO PROFISSIONAL EM MEMÓRIA E ACERVOS

UMA PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS NAS
POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS UNIVERSITÁRIAS

Rio de Janeiro 2019

UMA PROPOSTA DE ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS NAS
POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS UNIVERSITÁRIAS

Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos,
da Fundação Casa de Rui Barbosa, como requisito parcial para ingresso no Mestrado.

Rio de Janeiro 2019

SUMÁRIO

1- TEMA E PROBLEMA	03
2- OBJETIVOS.....	05
2.1 Objetivo Geral	05
2.2 Objetivos Específicos.....	05
3- JUSTIFICATIVA.....	06
4- MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL.....	08
5- METODOLOGIA	12
6- CRONOGRAMA	13
7- REFERÊNCIAS.....	14

1- TEMA E PROBLEMA

Ana Maria Camargo (2009) em seu artigo “Arquivos pessoais são arquivos”, destaca, por meio desta frase aparentemente redundante e óbvia, o que parece ser ignorado pelas universidades. A pesquisa a ser realizada pretende demonstrar que os documentos produzidos pelas pessoas pertencentes à comunidade acadêmica também são arquivos e, portanto, precisam ser contemplados por uma política de recolhimento e tratamento sistemática como os demais arquivos.

Os arquivos pessoais são fundos complexos por sua dupla natureza, privada e pública. Compostos tanto por documentos exclusivamente de caráter particular que revelam traços da personalidade de

seus criadores, os arquivos pessoais guardam também uma importante parcela de documentos funcionais probatórios e informativos das atividades desenvolvidas na instituição, no caso das universidades, ensino e pesquisa.

Frequentemente identificados por sua natureza privada, os arquivos pessoais são valorizados pela memória individual de seu titular. Assim, esses acervos costumam receber tratamento somente quando o professor/pesquisador desfruta de grande prestígio social. Sua organização privilegia uma abordagem bibliográfica, na qual o fundo é descrito independentemente do seu contexto de produção e de suas relações orgânicas internas. Esta visão dos arquivos pessoais

“compromete sua organicidade e sinaliza a renúncia ao caráter probatório que sua funcionalidade originária lhes proporciona” (CAMARGO, 2009, p.31).

A pesquisa pretende destacar a importância do reconhecimento dos arquivos pessoais como arquivos fundamentais para o funcionamento das universidades e a constituição de sua memória. Além de seu caráter privado, esses acervos apresentam relações formais entre os produtores e as instituições às quais encontram-se vinculados, que lhes conferem um valor social a ser difundido. Para isto, é imprescindível que esses fundos sejam incluídos nas políticas arquivísticas de recolhimento, com vistas a proporcionar uma maior compreensão da instituição e o atendimento das demandas referentes ao passado e futuro das atividades desenvolvidas na universidade. O arquivista canadense Marcel Caya (1998, p.2) identifica três diferentes modelos de arquivos universitários a partir da política de aquisição adotada pela Divisão de Arquivo. São eles: o administrativo, o acadêmico e o misto. O primeiro modelo recolhe exclusivamente os arquivos

institucionais e privilegia a gestão dos documentos administrativos. Neste caso, os arquivos científicos e pessoais são transferidos para bibliotecas, centros de memória ou serviços externos de arquivos. O segundo modelo se caracteriza por arquivos que adquirem fundos científicos e acadêmicos que atendam aos interesses temáticos de pesquisadores e docentes que compõem a instituição. Já o terceiro é um misto dos dois modelos. As Divisões de Arquivo assumem a aquisição tanto dos documentos institucionais quanto dos fundos da comunidade acadêmica e científica. Essa composição é denominada “arquivos integrais” (*archives intégrales*, CAYA, 1998, p.8), devido ao tratamento dispensado aos fundos que representam a totalidade da missão institucional, isto é, resultantes tanto do exercício administrativo quanto do diretamente ligado às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os arquivos das universidades francófonas do Quebec são importantes exemplos do terceiro modelo. Nessas instituições existem políticas sistemáticas de aquisição e tratamento dos arquivos pessoais realizadas, exclusivamente, pelas Divisões de Arquivo.

De acordo com Baillargeon (2007), diretora da Divisão de Gestão de Documentos e de Arquivos da Universidade de Montreal, apesar dos arquivos administrativos apresentarem um papel essencial na constituição da memória institucional, eles sozinhos não são capazes de testemunhar as atividades desenvolvidas nas universidades, pois pouco revelam sobre o conhecimento disseminado nas aulas e as pesquisas desenvolvidas pela instituição. Por isso, os arquivos pessoais são fundamentais para completar os documentos administrativos, ao apoiar e testemunhar o saber produzido pela comunidade.

As Divisões de Arquivo das universidades públicas brasileiras “preservam bastante bem sua documentação administrativa. Essa documentação é importante para a pesquisa histórica, mas não é suficiente” (MARTINS, 2003, p.63). Por isso, esse esforço de preservação deve se estender aos arquivos pessoais.

Iniciativas como as de Campos (2014), visando mapear a existência de fundos pessoais de professores nas unidades acadêmicas da USP, e de Oliveira (2015), com a realização do levantamento dos arquivos dos docentes presentes no Arquivo Histórico da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, revelam que um esforço embrionário ainda precisa ser desenvolvido para que as universidades tomem ciência de seus fundos pessoais e assumam o desafio que lhes cabe.

Assim, a fim de contribuir para o desenvolvimento do compromisso das universidades com sua memória integral, a pesquisa procura investigar, tendo como base as teorias arquivísticas e as práticas universitárias em curso no Quebec e no Rio de Janeiro: Quais transformações são necessárias para que os arquivos pessoais sejam incluídos na política arquivística das universidades?

2- OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Observar os diversos modelos de recolhimento e tratamento de arquivos pessoais existentes nas universidades públicas do Rio de Janeiro e nas universidades francófonas do Quebec, a fim de conhecer as transformações necessárias para que os arquivos universitários reflitam sua memória integral.

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento das práticas de recolhimento e tratamento de fundos institucionais e pessoais nas universidades;
- Conhecer o contexto organizacional, legal, material e ideológico no qual se encontram os arquivos universitários;
- Examinar a importância da inclusão dos arquivos pessoais nas políticas arquivísticas das universidades para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da prestação de serviço à sociedade.

3- JUSTIFICATIVA

Durante o VIII Encontro de Arquivos Científicos, realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2017, o servidor do MAST, José Benito Yárritu Abellás, apresentou o trabalho em curso sobre a antiga docente da UFRJ, Maria Laura Lopes, desenvolvido no Museu. Esse arquivo pessoal, de acordo com Abellás, é uma importante fonte de pesquisa para o entendimento da instituição à qual ela esteve vinculada, pois representa a “parte encarnada”¹ de sua história oficial. No entanto, pela falta de uma política de recolhimento sistemática desses documentos, tal fundo não se encontra na universidade.

Assim como ocorre na UFRJ, grande parte dos arquivos pessoais dos docentes não são contemplados com tratamento adequado em suas instituições de origem. Dessa forma, o contexto de produção desses arquivos se perde e a memória das universidades deixa de registrar uma importante documentação testemunha de suas atividades e das pessoas que passaram por ela e lhe conferiram uma identidade.

De acordo com Campos (2014, p.6), “‘informalidade’ é a palavra para definir as iniciativas de preservação de arquivos de professores na Universidade de São Paulo”. O autor descreve o tipo peculiar de transferência por “remanescência” dos documentos, caracterizada por ocorrer quando

(...) ao se aposentar, o docente simplesmente não recolhe seus documentos, cabendo aos funcionários – que nem sempre sabem quais procedimentos adotar e que importância lhes atribuir – dar-lhes um destino final que pode ser o encaminhamento a uma biblioteca ou centro de memória, a guarda em um depósito ou o descarte indiscriminado (CAMPOS, 2014,p.6).

Desse modo, é flagrante o descaso com uma importante parcela dos documentos probatórios e informativos das atividades desenvolvidas no cumprimento da missão institucional. As universidades estão alheias a contribuição fundamental que tais fundos representam, ignorando sua existência e abandonando-os a própria sorte. Em certos casos, os docentes de maior destaque social recebem tratamento interno ou externo à instituição, mas essa realidade está longe de ser a ideal.

¹ ABELLÁS, José Benito Yárritu. *VIII Encontro de Arquivos Científicos*. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gz4sJ1OP_3c>. Acesso em: 01/06/2018

É necessário despertar as universidades para a urgência de incluir os arquivos pessoais nas políticas de recolhimento em curso. Assim como os arquivos administrativos são importantes para o funcionamento e a memória da universidade, os arquivos pessoais, como diz Abellás (2017), ajudam na construção de sua significação ao “dotar as instituições de carne com a história de seus pesquisadores”².

Esses arquivos trazem riqueza e profundidade para a memória institucional. Na verdade, esses arquivos pessoais desempenham vários papéis que poderíamos definir da seguinte forma: completar uma parte da memória institucional; apoiar o ensino e a pesquisa; testemunhar a evolução das disciplinas e das linhas de pesquisa; prestar contas das conquistas de professores e pesquisadores em suas áreas de atuação e atestar o lugar da universidade na sociedade³ (BAILLARGEON, 2007, p.82, tradução nossa).

Esta percepção demonstra que sem o reconhecimento do compromisso com os arquivos pessoais, as instituições perdem os principais fundos que testemunham o cumprimento de suas atividades finalísticas. Sendo os responsáveis diretos pelas ações que justificam a existência da estrutura universitária, os fundos arquivísticos dos docentes guardam a essência dos conhecimentos acadêmicos e científicos produzidos nas universidades. O recolhimento, o tratamento, a preservação e a difusão desse acervo é condição primordial para o desenvolvimento do saber institucional. É dever social dar acesso a esses arquivos.

Assim, a investigação dos modelos de recolhimento e tratamento dos arquivos pessoais existentes nas universidades públicas do Rio de Janeiro e nas universidades francófonas do Quebec se justifica para o conhecimento do cenário atual e a compreensão das mudanças necessárias às políticas arquivísticas universitárias para que expandam sua abrangência.

² ABELLÁS, José Benito Yárritu. VIII Encontro de Arquivos Científicos. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gz4sJ1OP_3c>. Acesso em: 01/06/2018

³ « (...) Ces archives apportent une richesse et une profondeur à la mémoire institutionnelle. En fait, ces archives privées jouent plusieurs rôles que nous pourrions définir ainsi : compléter un pan de la mémoire institutionnelle ; soutenir l’enseignement et la recherche ; témoigner de l’évolution disciplinaire et des axes de recherche ; rendre compte des réalisations des professeurs et des chercheurs dans leur sphère d’expertise et attester de la place de l’université dans la société ».

Dessa transformação depende o fim do comprometimento de uma parte do passado e do futuro da universidade, isto é, do conhecimento fundamental para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de seus serviços à sociedade, razões da existência da instituição.

4- MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

Os arquivos pessoais das universidades recebem diversas nomenclaturas na literatura arquivística. A fim de evitar distorções do objeto da pesquisa, são expostas as variações do conceito e os contextos que influenciam a sua aplicação na prática universitária.

Primeiramente, é importante salientar, como o faz Camargo (2009), que arquivos pessoais são arquivos. O fato de haver uma diferenciação entre tais fundos e os arquivos institucionais, “não resultou, na prática, na adoção de procedimentos comuns, nem impôs o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem” (CAMARGO, 2009, p.28). Disso deriva a negligência com esta parcela probatória e informativa das funções universitárias.

Para a autora, o mais adequado seria denominá-los como “*arquivos de pessoas*” (ibid.), isto é, de tal titular, ligando os documentos ao seu produtor. Isso evitaria distorções no uso do termo para designar arquivos *sobre* pessoas, existentes nos arquivos institucionais e os documentos acumulados pelos indivíduos que não estão relacionados ao exercício de suas atividades profissionais.

Em uma percepção mais ampla do termo, os arquivos pessoais ora são denominados como “arquivos científicos”, ora como “arquivos privados”, como se sinônimos fossem. No entanto, tais definições generalizantes englobam outros fundos além dos pessoais.

Segundo Campos (2014), a definição de “arquivos de ciência” de Charmasson (2006), “estabelece três categorias distintas, que revelam sua polissemia e imprecisão” (CAMPOS, 2014, p.6). Assim, o termo designa além dos arquivos pessoais de cientistas, os arquivos tutelados pelas instituições de pesquisa e de ensino científicos e os arquivos produzidos por essas mesmas instituições, tanto os propriamente científicos, quanto os administrativos (CHARMASSON, 2006, p.2-3). Desse modo, não necessariamente o arquivo denominado científico é pessoal.

Outra nomenclatura abrangente e vaga é o termo “arquivos privados”. De definição simples: “todos os arquivos de entidades não-governamentais” (BELLOTTO, 2006, p.265), sua vastidão é

subdividida em três categorias: “arquivos econômicos”, “arquivos sociais” e “arquivos pessoais”, este último assim definido por Bellotto (2006, p. 266) como:

O conjunto de papéis e materiais audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade.

Como se pode observar pela definição acima, a própria nomenclatura “arquivos pessoais”, é bastante ampla. Uma abordagem mais próxima à realidade universitária é dada por Campos (2014, p.4):

São eles [arquivos pessoais de professores] arquivos que oscilam entre o caráter pessoal e institucional, visto que refletem – em maior ou menor grau – as múltiplas facetas de seus titulares no exercício da docência, da investigação científica e dos cargos de gestão que eventualmente ocuparam, além de flagrantes da vida privada, do relacionamento familiar e da formação intelectual.

O inspirador trabalho desenvolvido por Campos na Universidade de São Paulo, do qual resulta tal definição, concentra-se nos arquivos pessoais de professores. Ainda que mais representativos dentre os arquivos pessoais universitários, os docentes não são, porém, os únicos produtores de tais fundos, pois a instituição é composta por diversos elementos.

De acordo com Martine Cardin (1998, p.32), a instituição é “uma comunidade onde diversos parceiros se reúnem em torno de valores, práticas e realidades comuns⁴”. Ela “integra necessariamente múltiplos componentes que se associam de modo dinâmico para formar um todo solidário⁵”. Dentro dessa estrutura, o órgão administrativo é responsável por liderar as ações do sistema e, por sua importância, existe a tendência de reduzir toda a instituição a essa instância. No entanto, cada componente da comunidade possui ordenações políticas, jurídicas, econômicas e culturais próprias que os diferenciam e compõem o todo institucional. No cumprimento de suas

⁴ « (...) une communauté où divers partenaires se rassemblent autour de valeurs, de pratiques et de réalités communes ».

⁵ « L’institution intègre nécessairement de multiples composantes qui s’associent de façon dynamique pour former un tout solidaire ».

funções, cada ente pertencente à instituição produz documentos que testemunham suas ações e seus contextos produtivos.

Nas universidades são considerados documentos institucionais aqueles provenientes das ações administrativas e documentos pessoais todos os demais. Cardin, no entanto, observa que os arquivos dos professores, pesquisadores e alunos não são nem totalmente institucionais e nem totalmente privados. Esses fundos, apesar de autônomos, fazem parte de uma ampla memória institucional que lhes confere um caráter ao mesmo tempo privado, visto que pertencentes à indivíduos, e social, por complementar o sentido dos documentos administrativos resultantes das atividades da instituição. Tais documentos são denominados, em tradução livre, arquivos associados (*archives associées*) e definidos como “fundos não-institucionais cuja proveniência tem ligação estreita e privilegiada com um organismo administrativo⁶” (CARDIN, 1998, p. 35). Assim, os métodos e procedimentos de avaliação, o material produzido para as aulas, os caminhos para a realização de pesquisas, são arquivos que estão presentes nos fundos dos professores e pesquisadores. A visão que os estudantes trazem à universidade, suas discussões acadêmicas estão reunidas em seus trabalhos, provas, pesquisas, jornais, que geram um fundo próprio, composto também pelos documentos de suas associações. Dessa forma, cada componente da vida universitária produz arquivos probatórios e informativos da missão institucional, nãoadministrativos, mas igualmente relevantes para a instituição. Abrir mão desses documentos, é abrir mão de uma memória associada.

Os componentes [da memória associada] criam assim fundos autônomos que pertencem a eles mesmos. Ainda que específicas, essas memórias individuais permanecem solidárias, visto que seus criadores se integram em um sistema que dá sentido às suas atividades geradoras de documentos. Em outras palavras, os produtores não podem se conceber fora da comunidade que eles formam com seus parceiros e o mesmo vale para a sua produção documental (CARDIN, 1998, p.36, tradução nossa)⁷.

⁶ « (...) les fonds non institutionnels dont la provenance est en liens étroits et privilégiés avec un organisme administratif ».

⁷ « Les composantes créent ainsi des fonds autonomes qui leur appartiennent en propre. Bien que spécifiques, ces mémoires individuelles restent solidaires puisque leurs créateurs s'intègrent dans un système qui donne sens à leurs activités génératrices de documents. En d'autres termes, les producteurs ne peuvent se concevoir en dehors de la communauté qu'ils forment avec leurs partenaires et il en va de même de leur production documentaire ».

Dessa forma, a preservação da memória da instituição depende da reunião dos arquivos de todos os seus componentes, ou seja, tanto daqueles ditos institucionais quanto dos pessoais ou associados, como definidos por Cardin.

Seguindo essa lógica, as universidades francófonas do Quebec dividem seus fundos entre “*archives institutionnelles*”, constituídos pelos arquivos das unidades administrativas e acadêmicas e os “*archives non-institutionnelles*”. Esses arquivos não institucionais são subdivididos em duas categorias. A primeira é composta pelos “*archives quasi-institutionnelles*” ou “*archives privées associées*”, que são fundos que “testemunham a relação entre uma pessoa física ou moral e a universidade” e guardam o “material documental inédito em um campo de conhecimento que desperta o interesse da pesquisa e do ensino”⁸. A segunda são os “*archives privées*” que são os fundos adquiridos pela instituição “de pessoas ou instituições sem ligação orgânica com ela, quando constituem uma importante fonte de informação para o ensino, a pesquisa ou a história da universidade”⁹.

Os estudos de Cardin sobre os “arquivos associados” são também importantes por tratar das relações entre os componentes institucionais que afetam as escolhas arquivísticas. Neste sentido, de acordo com Leitão (1990, p.32),

as instituições mantêm certo padrão de comportamento em seus processos decisórios que pode ser razoavelmente explícito pela forma como estão estruturadas (...) O processo decisório poderá ser facilitado, restringido ou desenvolvido de forma equilibrada em função dos efeitos diretos da estrutura.

Observando a estrutura universitária no Quebec, Nahuet (1999) conclui que existem duas culturas organizacionais distintas que refletem na gestão dos arquivos dessas instituições. Uma cultura centralizadora, produzida pela Administração Central, e uma cultura descentralizadora, presente nas Unidades Acadêmicas. Essas culturas entram em conflito na medida em que a gestão pragmática e hierarquizada administrativa procura centralizar decisões tradicionalmente

⁸ « Ces archives privées associées ou quasi-institutionnelles sont dotées d’une double valeur : d’une part, elles témoignent d’un rapport entre une personne physique ou morale et l’Université et, d’autre part, elles renferment un matériel documentaire inédit dans un champ de connaissances qui suscite l’intérêt de la recherche et de l’enseignement ». http://www.archiv.umontreal.ca/pdf/Champs_acquisition_archives_privees.pdf.

⁹ « L’Université acquiert également des fonds et des collections d’archives privées de personnes ou d’institutions sans lien organique avec elle, lorsqu’ils constituent une source d’information importante pour l’enseignement, la recherche ou l’histoire de l’Université » (ibidem)

compartilhadas em colegiados, compostos pelo corpo docente presente nas unidades, dotado de grande autonomia.

Situados na estrutura administrativa, as Divisões de arquivo carregam também uma cultura que reflete nas escolhas de gestão e preservação dos arquivos. Assim, além da compreensão do que são os arquivos pessoais, é necessário o estudo do contexto universitário no qual esses fundos estão inseridos tanto no Quebec quanto no Rio de Janeiro, a fim de que a pesquisa possa concluir quais transformações são necessárias para que as políticas de memória das universidades reflitam democraticamente as atividades desenvolvidas no cumprimento de sua missão.

5- METODOLOGIA

A definição da tipologia da pesquisa é baseada na classificação estabelecida por Vergara (2014), segundo dois critérios: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, a pesquisa é do tipo exploratória e explicativa. Exploratória porque pouco se sabe ainda sobre as práticas de recolhimento e tratamento dos arquivos pessoais nas universidades públicas do Rio de Janeiro. Assim, procura-se fazer um levantamento das políticas em curso nas universidades fluminenses, a fim de encontrar respostas que justifiquem a constituição atual da memória universitária e as transformações necessárias ao modelo, sendo, por isso, também, do tipo explicativa.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa é do tipo bibliográfica e de campo. Bibliográfica porque nos livros, nas teses, nas revistas arquivísticas, nos sites das universidades e nos anais dos Encontros de Arquivos Científicos são descobertas as pistas para a formulação das questões e das respostas fundamentais para a constituição da pesquisa. O material bibliográfico reunido é resultado de fontes oriundas, principalmente, do Brasil e do Canadá.

A pesquisa também é de campo porque o levantamento das práticas de recolhimento e tratamento dos fundos institucionais e pessoais nas universidades e seus contextos será realizado por meio de entrevistas a serem realizadas com os responsáveis pelos acervos. No roteiro constarão perguntas sobre a estrutura organizacional, legal, cultural, financeira, material e arquivística das instituições, objetivando compreender as políticas de recolhimento em curso, bem como, o contexto no qual estão inseridas.

A pesquisa tem por universo as universidades federais do Rio de Janeiro e as universidades francófonas do Quebec, porém, seu espaço amostral de entrevistas e visitas será restrito às universidades brasileiras. Os encontros serão realizados nas universidades federais do Rio de Janeiro, ou seja, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na Universidade Federal Fluminense – UFF e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.

A análise dos dados será realizada à luz dos resultados obtidos por trabalhos especializados, como os desenvolvidos por Nahuet (1999), Baillargeon (2007), Brochu (2007) e Lambert (2007) nas universidades francófonas do Quebec, sendo elas: a Universidade Laval, a Universidade de Montreal, a Universidade do Quebec em Montreal e a Universidade de Sherbrooke. Sua seleção se deve à peculiaridade de nessa região existirem políticas consistentes de aquisição e tratamento de arquivos pessoais universitários e importantes estudos que dão suporte às práticas arquivísticas consolidadas.

O método a ser empregado possui limitações oferecidas sobretudo pela questão de acessibilidade aos dados obtidos nas universidades canadenses. Porém, ainda que a análise não seja estabelecida com base na realização de entrevistas, sua viabilidade é assegurada pela riqueza do material de referência já produzido no Quebec.

6- CRONOGRAMA

As etapas da pesquisa serão realizadas no prazo de 12 meses, distribuídas da seguinte maneira:

- 1ª etapa: Levantamento de fontes bibliográficas
- 2ª etapa: Visitas técnicas e entrevistas
- 3ª etapa: Análise dos dados bibliográficos e de campo; sistematização dos capítulos
- 4ª etapa: Elaboração do capítulo 1; preparação para o Exame de qualificação
- 5ª etapa: Elaboração do capítulo 2

- 6ª etapa: Elaboração do capítulo 3
- 7ª etapa: Considerações finais e revisão da dissertação
- 8ª etapa: Encaminhamento à comissão examinadora e defesa da dissertação

ETAPAS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1ª etapa	X											
2ª etapa		X										
3ª etapa			X	X								
4ª etapa					X	X						
5ª etapa							X	X				
6ª etapa									X	X		
7ª etapa											X	
8ª etapa												X

7- REFERÊNCIAS

BAILLARGEON, Diane. Les archives privées des universités québécoises : état de la question et pistes de réflexion. *Archives*, Québec: Association des archivistes du Québec, 38, 2, 2006-2007, p. 81-117. Disponível em: <https://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol38_2/38_2_Baillargeon.htm>. Acesso em: 03/02/2017

BAILLARGEON, Diane. Les archives universitaires, un apport pour la communauté. 2010. p.138. Disponível em: <<https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/handle/1866/10073/Les%20archives%20universitaires%20un%20apport%20pour%20la%20communaut%C3%A9.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso 01/07/2018.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 318 p.

BIZELLO, Maria Leandra; SOUZA, Solange. As relações entre estado e universidade no processo de avaliação documental. In: A NATUREZA DOS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS E DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA: PERSPECTIVA INTERNACIONAL, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: MAST; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009, p. 83-89.

BOTTINO, Mariza. Arquivos Universitários no Brasil. In: *A informação: questões e problemas*. Niterói: EDUFF, 1995, p. 61-67.

BROCHU, Frédéric. Les archives universitaires du Québec: état des lieux . *Archives*. Québec: Association des archivistes du Québec, 38, 2, 2006-2007, p. 7-23. Disponível em: <<http://repere3.sdm.qc.ca/cgi-bin/reptexte.cgi?A760645>>. Acesso em: 08/09/2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, jul.- dez. 2009, p. 26-39.

CAMPOS, José Francisco Guelfi ; BEZERRA, LÍlian Miranda . Entre a sala de aula e o laboratório: os arquivos pessoais de professores e a memória da Universidade de São Paulo. In: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. (Org.). *Gestão de documentos e acesso à informação: desafios e diretrizes para as instituições de ensino e pesquisa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, v. 1, p. 223-244.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Mapeando arquivos pessoais de professores na Universidade de São Paulo. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 22., 2014, Santos. *Anais eletrônicos...* Santos: ANPUH-SP, 2014, p. 1-16. Disponível em : <[http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1409145916_ARQUIVO_Mapeando arquivos pessoais de professores na Universidade de Sao Paulo.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1409145916_ARQUIVO_Mapeando%20arquivos%20pessoais%20de%20professores%20na%20Universidade%20de%20Sao%20Paulo.pdf)> Acesso em: 10/04/2018.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 13., 2012, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012, p. 1-11.

CARDIN, Martine. La dynamique des archives associées ou la toile archivistique institutionnelle. *Archives*, Québec: Association des archivistes du Québec, 29, 2, 1997-1998, p. 31-4. Disponível em: <http://www.archivistes.qc.ca/cora/afficheFic.php?fic=vol292%2F29-2cardin.pdf&usager_id> Acesso em: 17/09/2017.

CARDIN, Martine. Mémoire de l'université ou de l'universitaire: Les fonds d'archives de professeur. In: MATHIEU, Jacques (Org.). *La mémoire dans la culture*. Québec: PUL, 1995. 344p. p.273-287.

CAYA, Marcel. Dis-moi ce que tu collectes, je te dirai ce que tu es : Peut-on définir un modèle unique de collecte pour les archives des universités ? *Janus*. Paris, 1998. p. 69–77.

CAYA, Marcel. Les vrais regards de Janus : les rôles complémentaires de la gestion des documents et des archives. *Archives*. Québec: Association des archivistes du Québec, v. 33, n.2, 2001-2002, p.3-20.

CHARMASSON, Thérèse. Archives scientifiques ou archives de sciences: des sources pour l'histoire. *La revue pour l'histoire du CNRS*. Paris, v. 14, 2006, p.1-10.

FEITOSA, Lucineide Pereira de Araújo. Uma abordagem crítica sobre cultura nas universidades públicas federais brasileiras. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 15., 2015, Mar Del Plata, p.1-14. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/136100>> Acesso em: 05/08/2018.

FEITOZA, Leonina Amanda; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Regime de informação dos sistemas de arquivos das universidades públicas do Brasil. *Informação@Profissões*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, v.1, n.1, jul./dez. 2012, p. 40-55.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (org.) *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 37-45.

_____. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p.35-49, jan./abr., 2013.

LAMBERT, James. La mémoire et l'oubli en milieu universitaire : la constitution, la place et les rôles des archives en fonction de l'idée d'université. *Archives*. Québec: Association des archivistes du Québec, 38, 2, 2006-2007, p. 47-79. Disponível em: <https://www.archivistes.qc.ca/revuearchives/vol38_2/38_2_Lambert.pdf>. Acesso em: 20/10/2017.

LEITÃO, Sergio Proença. Estrutura, Cultura e Desempenho organizacional na Universidade. *Revista da Administração Pública*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.24, n.1, nov.1989/jan.1990, p. 31-43.

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. *RICI*. Brasília: UnB, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012, p. 63-78.

MARTINS, Roberto de Andrade. Como preservar a memória científica nas universidades. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 1., 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2003, p. 63-92.

NAHUET, Robert. Cultures organisationnelles et gestion des archives à l'Université Laval. *Archives*. Québec: Association des archivistes du Québec, 30, 2, 1998-1999, p. 83-107. Disponível em : <https://archivistes.qc.ca/cora/afficheFic.php?fic=vol30_2/30-2-nahuet.pdf&usager_id=>>. Acesso em: 02/11/2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171 p.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de Oliveira; Silva, Maria Celina Soares de Mello e. (Org.). *Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, 2012. 382 p.

SHELLENBERG, T.R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicos*. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 386p.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. *Ponto de Acesso*. Salvador: UFBA, v.5, n.1, abr. 2011, p. 66-84.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2014. 94 p.